

Fonologia Construcional? Para além de uma unilateralidade formal

Constructional Phonology? Beyond formal unilaterality

Matheus Esteves Leite¹

Lia Abrantes Antunes Soares²

Resumo: A Gramática de Construções Baseada no Uso (GCBU) propõe um modelo integrativo do conhecimento linguístico, em que as unidades da língua são concebidas como construções que pareiam forma e função (Goldberg, 2006; Diessel, 2019; Hoffmann, 2022). O esquema fonológico em nível submorfêmico recentemente tem sido evocado como uma construção (Höder, 2019), renovando a discussão com a qual contribuimos neste artigo com dados do português brasileiro. Valendo-nos de uma revisão bibliográfica, objetivamos argumentar em favor da pertinência de se considerarem esquemas fonológicos intrapalavras como construções parcialmente esquemáticas. Partindo de pressupostos de que esquemas fonológicos são unidades entrincheiradas e convencionalizadas que emergem do uso linguístico (Höder, 2014; Port, 2010; Silvennoinen, 2023; Mai *et al.*, 2024) e de que unidades abaixo do nível da palavra também desempenham papel na organização do conhecimento linguístico (Höder, 2019), arrolamos argumentos que fortalecem a proposição de que tais unidades podem ser entendidas como construção, cuja dimensão funcional não se limita à distinção fonológica, mas envolve, também, aspectos interpretativos com implicações contextuais. Nossas discussões resultam na assunção de que padrões submorfêmicos podem portar graus diferenciados de densidade funcional, ao defender que a fonologia, extrapolando um papel meramente formal-estrutural, integra as camadas semântico-pragmáticas do conhecimento linguístico.

Palavras-chave: Esquemas fonológicos. Construção parcialmente esquemática. GCBU.

Abstract: Usage-Based Construction Grammar (UBCG) proposes an integrative model of linguistic knowledge, in which the units of language are conceived as constructions that pair form and function (Goldberg, 2006; Diessel, 2019; Hoffmann, 2022). The phonological schema at the submorphemic level has recently been invoked as a construction (Höder, 2019), renewing the discussion to which we contribute in this article with data from Brazilian Portuguese. Drawing on a literature review, we aim to argue for the relevance of considering intraword phonological schemas as partially schematic constructions. Based on the assumptions that phonological schemas are entrenched and conventionalized units that emerge from language use (Höder, 2014; Port, 2010; Silvennoinen, 2023; Mai *et al.*, 2024), and that units below the word level also play a role in the organization of linguistic knowledge (Höder, 2019), we present arguments that strengthen the proposition that such units can be understood as constructions whose functional dimension is not limited to phonological distinction but also involves interpretive aspects with contextual implications. Our discussions result in the assumption that submorphemic patterns can carry different degrees of functional density, supporting the view that phonology, going beyond a merely formal-structural role, integrates the semantic-pragmatic layers of linguistic knowledge.

Keywords: Phonological schemas. Partially schematic construction. UBCG.

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Endereço eletrônico: matheusesteves@letras.ufrj.br.

² Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Endereço eletrônico: lia.abrantes@letras.ufrj.br.

Introdução

A Gramática de Construções Baseada no Uso (GCBU) (Goldberg, 2006; Diessel, 2019; Hilpert, 2019; Hoffmann, 2022) consiste em uma teoria linguística que parte da ideia central de que a competência linguística do falante não se organiza em torno de regras abstratas separadas do léxico – conforme postulam as teorias formalistas –, mas sim em torno de construções, que são associações convencionais e arbitrárias entre forma e função, organizadas em rede. Nessa perspectiva, “todos os níveis de análise gramatical envolvem construções”³ (Goldberg, 2006, p. 5), o que significa dizer que a língua é tida como “construções até embaixo”⁴ (*ibidem*, p. 18), indo, nessa concepção, desde morfemas presos, como o (-s) plural de palavras terminadas em vogal; itens lexicais monomorfêmicos, como *mar* ou *mãe*; até padrões complexos como estruturas sintáticas esquemáticas – construções transitivas, por exemplo. As construções variam em grau de esquematização, ou seja, algumas são altamente preenchidas, como “*que nada*”, que exprime uma negação enfática não dedutível a partir da combinação de [que]⁵ e [nada]; outras, por sua vez, são semi ou totalmente esquemáticas e produtivas, como o padrão [Sujeito + Verbo + Objeto], que serve de molde para incontáveis enunciados, como aqueles com sentidos de transferência, por exemplo. O que define todas essas unidades como construção é o fato de que a associação entre forma e função é convencionalizada na comunidade de fala, ou seja, não se trata apenas de possibilidades estruturais, mas de padrões efetivamente usados e reconhecidos socialmente.

Essa perspectiva, que se baseia no uso, considera que a gramática emerge da relação entre processos cognitivos e experiência com enunciados concretos. Fatores que afetam a informação linguística, tais como frequência, saliência e contexto, moldam a representação mental das construções integrantes da gramática gradiente e probabilística, o que significa dizer que esse sistema linguístico é simultaneamente estruturado e dinâmico, sendo os padrões e/ou esquemas gramaticais continuamente reforçados ou enfraquecidos, ou reorganizados em função do uso (Pierrehumbert, 2001; Diessel, 2019). Sob essa perspectiva,

³ No original: “All levels of grammatical analysis involve constructions”.

⁴ No original: “[...] constructions all the way down”.

⁵ Vale salientar que [que] também pode representar esquemas semipreenchidos em outras construções como [que SN]; [que mané SN], [que SV] etc.

[...] a língua exibe uma grande quantidade de variação e gradiência. A gradiência se refere ao fato de que muitas categorias da língua ou da gramática são difíceis de serem distinguidas, geralmente porque a mudança ocorre no tempo de um modo gradual, movendo um elemento e uma categoria a outra ao longo de um contínuo⁶ (Bybee, 2010, p. 18).

Nesse sentido, a GCBU concebe a língua(gem) como uma rede de construções interligadas, que vai do léxico à sintaxe, integrando forma e significado (função) em todas as camadas, rompendo, portanto, com a visão modular tradicional entre gramática (fonologia, morfologia, sintaxe e semântica) e léxico (Chomsky, 1957; 1981). Isso repercute a ideia de que a língua não se constitui de uma gramática mais um léxico, mas que ambos fazem parte de um mesmo sistema cognitivo, isto é, não se estabelecem fronteiras rígidas entre os componentes da estrutura linguística, visto que há um *continuum* que atravessa outros domínios, em consonância com a concepção não modular defendida pela abordagem construcionista (cf. Pierrehumbert, 2001; Bybee, 2001; Port, 2010; Hoffmann, 2022).

Embora a natureza não modular da GCBU seja apontada como um de seus principais pontos fortes, Höder (2014, p.4) destaca que, em se tratando do papel que elementos fonético-fonológicos desempenham na organização do conhecimento linguístico, a teoria carece de mais evidências para uma proposição sólida, visto que “os elementos fonológicos [...] não são normalmente pensados como construções ou inseridos em análises construcionais”⁷. Podem-se levantar dois pontos sobre essa lacuna da teoria: se de um lado há poucos estudos em GCBU que abordam a influência de fatores fonológicos, conforme destaca Boas (2013), de outro, a carência de estudos pode contribuir com a ideia de uma separação formal deste nível da linguagem, instanciando-o apenas como uma representação físico-articulatória desprovida de função, o que vai de encontro ao que postula a teoria, muito provavelmente porque se assume que os segmentos fonológicos são puramente formais e não instanciam significado.

⁶ No original: “[...] language exhibits a great deal of variation and gradience. Gradience refers to the fact that many categories of language or grammar are difficult to distinguish, usually because change occurs over time in a gradual way, moving an element along a continuum from one category to another”.

⁷ No original: “phonological elements [...] are normally not thought of as constructions or included in constructional analysis”.

Com efeito, ao abordar esquemas menores que a palavra, não se defende, necessariamente, neste trabalho, que toda unidade – ou sequência – fonológica seja, por definição, uma construção; trata-se, antes, de reconhecer que tais esquemas emergem da abstração e memória rica – processos que capturam padrões recorrentes de uso e organizam a rede fonológica do falante em diferentes graus de especificidade fonológica (Bybee, 2010; Traugott; Trousdale, 2013). Nesse sentido, a proposta de que esquemas fonológicos possam ser analisados como construções exige um passo teórico adicional: a demonstração de que determinadas unidades segmentais carregam não apenas regularidade formal, mas também algum tipo de função convencionalmente reconhecida na comunidade linguística, conforme será abordado ao longo do texto. Assim, nem todo fonema precisa ser tratado como construção em sentido forte; contudo, fone(mas) ou padrões fonológicos que exibem alta saliência perceptual, reconhecimento (meta)linguístico e função socialmente convencionalizada constituem, sim, candidatos privilegiados para uma análise construcional, situada na interface entre Fonologia e Uso.

Este artigo discute, portanto, a pertinência de se considerar padrões fonológicos intrapalavra como construções. Para tanto, sucedendo esta breve introdução que contextualiza o lugar do esquema fonológico submorfêmico⁸ na GCBU e aponta a lacuna teórica, dentro do escopo construcional, relativa à exclusão de sequências menores que a palavra do escopo da construção, as próximas seções desenvolvem o argumento central do trabalho. Na primeira, discutem-se as *nuances* conceituais entre “função” e “significado” na GCBU (cf. seção 1); e, na segunda, apresentam-se evidências empíricas e teóricas de que os padrões fonético-fonológicos podem ser legitimamente tratados como construções (cf. seção 2). Nessa perspectiva, são abordados fenômenos como epêntese, diaconstruções – conceito importante à Gramática de Construções Diassistêmica (Höder, 2014) –, fonoestemas (Bergen, 2004), ressonância eidêmica (Bickel; Nichols, 2007) e indexação sociopragmática (Hoffmann, 2022). Por fim, retomam-se, nas considerações finais, os principais argumentos, reforçando a validade da integração de esquemas fonológicos ao arcabouço analítico construcional de forma plena e coerente; além disso, indica-se a bibliografia que consta das referências.

⁸ Compreendemos, para todos os efeitos, que o termo evidencia relação com o nível abaixo do morfema, circundando, portanto, o papel fonológico e sua consequente contribuição para a emergência de padrões nas línguas, conforme arrolamos neste artigo.

Construções em foco: o estatuto do polo funcional

Um dos conceitos centrais na GCBU é a própria definição de construção, entendida como um pareamento entre forma e função que não precisam estar sempre totalmente especificados, podendo ser mais ou menos esquemáticos. Contudo, persiste uma variação quanto ao que exatamente se compreende por polo funcional de uma unidade. Formulações teóricas apresentam variações significativas nesse aspecto: algumas definem construções como i) pares forma-significado (*form-meaning pairs*) (Goldberg, 1995; Hilpert, 2019); outras como ii) perfis formais e funcionais ou forma-função (*formal and functional profile/form-function*) (Hilpert, 2019; Goldberg, 2006, respectivamente); e ainda outras como iii) pares forma-função semântica/discursiva (*form-semantic/discourse function pairs*) (Goldberg, 2006).

No interior dessas postulações da GCBU, este polo funcional das construções tem sido objeto de refinamento conceitual significativo nas últimas décadas, visto que se, em formulações iniciais, a construção era definida de maneira relativamente estável como um pareamento convencional entre forma e significado (<F, S>) (cf. Goldberg, 1995), abordagens mais recentes têm ampliado o escopo do que se entende por “função”: tal ampliação desloca o foco de uma concepção semântica para uma noção mais abrangente, a qual inclui dimensões pragmáticas, discursivas, interacionais e indexicais.

Nesse sentido, Hilpert (2019; 2021) enfatiza que o polo funcional não deve ser reduzido a conteúdo proposicional, pois, em uma perspectiva baseada no uso, a função de uma construção emerge de padrões recorrentes de uso em contextos específicos, sendo moldada por frequência, analogia e processos de categorização – entre outros processos cognitivos. A função, portanto, pode envolver inferência, perfis discursivos e preferências pragmáticas convencionalizadas, e não apenas significado lexical ou composicional. Para sustentar seu posicionamento, o autor analisa construções do tipo exclamativas, topicalizadoras, informacionais, entre outras, uma vez que “a comunicação bem-sucedida depende em grande medida de apresentar novas informações de maneira que os ouvintes possam facilmente integrá-las com o que já sabem”⁹ (Hilpert, 2019, p. 102). Entretanto, Hilpert (2019) não se debruça em análises fonológicas.

⁹ No original: “Successful communication depends in a large measure on presenting new information in such a way that hearers can easily integrate that information with things that they already know”.

Na mesma direção, Hoffmann (2022) argumenta que construções podem codificar diferentes camadas funcionais simultaneamente, ainda que em graus variados de especificidade. Nesse sentido, o polo funcional pode abranger desde traços semântico-lexicais até valores sociopragmáticos mais difusos, como marcação de registro, posicionamento identitário ou efeitos estilísticos, ou seja, “todo conhecimento gramatical na mente do falante [...] em forma de construções”¹⁰ (Croft; Cruse, 2004, p. 255). Assim, tal concepção implica admitir que nem todas as construções apresentam um conteúdo lexical robusto, mas podem, conforme será abordado mais adiante, ainda assim, desempenhar funções convencionais reconhecíveis na comunidade de fala, tendo em vista que “o significado de uma construção é complexo e requer conhecimento social prévio para a sua interpretação”¹¹ (Hoffmann, 2022, p. 9).

Importante salientar, em instância primeira, que a ausência de “significado lexical” não implica ausência de função; antes, exige que se identifique o tipo de efeito convencional associado àquela configuração formal dentro da rede construcional. Nessa perspectiva, Goldberg (2013, p. 19) traz à baila a discussão sobre a abstração funcional, pois, “na verdade, a função dos modelos formais abstratos costuma ser bastante abstrata”¹², como, por exemplo, a função predicativa de uma estrutura como [SVO]. Isso porque, embora esquemas abstratos não codifiquem significado lexical, eles não são funcionalmente vazios, uma vez que desempenham funções fundamentais na arquitetura da gramática, como a predicação no caso do sintagma verbal. Se é assim, abre-se espaço para se considerar esquemas fonológicos em sua constituição construcional, na medida em que a abstração funcional de um padrão formal pode operar também em níveis sublexicais/submorfêmicos. Entendemos, no entanto, como Höder (2019, p.1), que “muitas vezes é bastante incerto se eles existem em algum sentido “real”, isto é, fora da esfera da análise linguística”¹³.

¹⁰ No original: “all grammatical knowledge in the speaker’s mind [...] in the form of constructions”.

¹¹ No original: “The construction’s meaning is complex and requires a social background knowledge for its interpretation”.

¹² No original: “[...] in fact, the function of abstract formal templates is often quite abstract”.

¹³ No original: “it is often quite unclear whether they exist in any ‘real’ sense, i.e. outside the sphere of linguistic analysis”.

Essa discussão abre possibilidades para compreensão mais clara das mudanças observadas recentemente, especialmente no que diz respeito ao fato de a acepção puramente mentalista das construções ser insuficiente e que elas são, de modo crucial, unidades linguísticas convencionalizadas que “podem incluir não apenas propriedades da situação descrita pela enunciação, mas também propriedades do discurso em que a enunciação se encontra [...] e da situação pragmática dos interlocutores [...]”¹⁴, conforme explica Croft (2001, p. 19). Nessa perspectiva, as construções são “convenções sociais que funcionam como pistas intersubjetivas para o significado”¹⁵ (Silvennoinen, 2023, p. 1). Os processos cognitivos de domínio geral (PCDG), alguns descritos em Bybee (2010), sustentam e regulam a formação das construções: assim, entende-se que elas são “aglomerados emergentes de traços de memória incompletos que se alinham [...] com base em dimensões compartilhadas de forma, função e contexto”¹⁶ (Goldberg, 2019, p. 7).

Com efeito, ao se admitir que construções podem codificar perfis informacionais, valores interacionais, efeitos estilísticos ou posicionamentos identitários, compreende-se, portanto, que a função pode residir na organização da informação, na sinalização de pertencimento a uma comunidade de fala, na marcação de registro ou mesmo na indexação de alinhamentos sociais, conforme será abordado mais adiante (cf. Figura 7). Desse modo, tal ampliação, defendida pelos linguistas supracitados, propicia o reconhecimento de que diferentes camadas funcionais podem estar distribuídas entre construções: algumas concentram informação semântico-lexical em sentido estrito; outras, predominantemente pragmática; outras, ainda, indexical.

Nesse sentido, a proposta de Van Trijp *et al.* (2022) torna-se particularmente relevante ao defender que uma construção não precisa instanciar simultaneamente todas as dimensões funcionais possíveis, bastando que haja um mapeamento convencionalizado entre algum aspecto formal e algum aspecto funcional. Esse posicionamento teórico é caro para a inclusão de unidades sublexicais no *constructicon*, pois permite conceber construções cujo polo funcional seja predominantemente organizacional ou indexical, e não semântico em sentido tradicional.

¹⁴ No original: “not only properties of the situation described by the utterance but also properties of the discourse in which the utterance is found [...] and of the pragmatic situation of the interlocutors [...]”.

¹⁵ No original: “social conventions that function as intersubjective cues for meaning”.

¹⁶ No original: “emergent clusters of lossy memory traces that are aligned [...] on the basis of shared form, function, and contextual dimensions”.

Ao se aplicar essa arquitetura ao domínio fonológico, argumentamos que os esquemas fonológicos podem instanciar, pelo menos, duas dimensões funcionais: (i) uma função estrutural-organizacional, ao licenciar padrões fonotáticos e assegurar conformidade sistêmica, por exemplo; e (ii) uma função indexical, ao sinalizar pertencimento regional, social ou estilístico (cf. seção 2). Aqui, o ponto crucial é que, mesmo quando o polo semântico não está plenamente especificado, a função não o está, pois o que ocorre é uma rearticulação das camadas funcionais. Dentro desse viés, reconhecer graus diferenciados de densidade funcional permite compreender o *constructicon* como uma rede verdadeiramente gradiente, em que construções variam não apenas quanto à esquematicidade formal, mas também quanto à espessura funcional: assim como há construções altamente esquemáticas no polo formal, também há construções funcionalmente esparsas no plano semântico, mas densas no plano sociopragmático-discursivo, por exemplo.

Trazemos para a discussão o escopo de contato linguístico¹⁷, central à Gramática de Construções Diassistêmica (GCD), desenvolvida por Höder (2014; 2018; 2019). O modelo constitui uma extensão da GCBU ao domínio do bi/multilinguismo e da variação intralinguística. Para esse aporte teórico, o pressuposto central é que o conhecimento linguístico do falante bi/multilíngue não se organiza em compartimentos autônomos e estanques correspondentes a “línguas” – ou sistemas linguísticos – distintas (Selinker, 1972), mas em um único *constructicon* integrado, no qual padrões oriundos de diferentes sistemas são armazenados, relacionados e generalizados por meio dos mesmos PCGD, como abstração, categorização e analogia, por exemplo.

Nesse modelo, a especificidade linguística passa a ser concebida como uma propriedade pragmática das construções (Höder, 2019), ou seja, como um conjunto de convenções indexadas a determinados contextos comunicativos. Mais uma vez, o polo funcional, dentro dessa perspectiva teórica, não se restringe à dimensão morfossemântica, mas abrange propriedades pragmáticas e indexicais que orientam o seu recrutamento em situações comunicativas concretas. A função, nesse enquadramento, se encontra na

¹⁷ Entendemos, com efeito, *contato linguístico* como processo de interação entre exemplares, o qual ocorre quando um indivíduo é exposto a uma língua-alvo diferente de sua língua materna. Logo, assumimos que o contato se manifesta dentro da mente do falante e de forma dinâmica, por meio dos mecanismos cognitivos e comunicativos envolvidos na aquisição/aprendizagem de uma segunda língua – ou língua adicional, influenciando e moldando o diassistema do conhecimento linguístico do indivíduo (Höder, 2014; 2018; 2019).

capacidade de a construção sinalizar pertencimento linguístico, configuração interacional e adequação contextual, ainda que não haja conteúdo lexical adicional em jogo. A GCD reforça a ideia de que o estatuto funcional das construções não depende da presença de significado lógico-proposicional, mas da convencionalização de um vínculo arbitrário e simbólico entre forma e valores funcionais socialmente reconhecidos.

Höder (2018; 2019) explica que a GCD concebe dois tipos de construções: (i) as idioconstruções – específicas da língua, vinculadas a contextos comunicativos e rótulos linguísticos particulares – cuja ativação é pragmaticamente associada a um traço indexical específico; e (ii) as diaconstruções, que correspondem a subconjuntos esquemáticos não especificados quanto à língua e que podem ser recrutados em diferentes contextos multilíngues.

Essa proposição teórica, portanto, implica desdobramentos analíticos diretos para o estatuto das unidades sublexicais, pois se o *constructicon* multilíngue é uma rede única e dinâmica, nada impede, em princípio, que padrões fonológicos recorrentes – inclusive abaixo do nível morfêmico, isto é, menores que a palavra – sejam abstraídos como construções, já que “se considerarmos plausível a existência de um esquema morfológico de segunda ordem [...], então uma diaconstrução fonológica é igualmente concebível”¹⁸ (Hagel, 2020, p. 14). Por conseguinte, a exposição reiterada a correspondências formais intra/interlinguísticas favorece a emergência de generalizações fonológicas parcialmente esquemáticas, cuja função não se estabelece em significado lexical, mas em propriedades organizacionais, indexicais ou pragmáticas do sistema linguístico, inserido em contextos de uso.

Na esteira dessas definições, pode-se dizer que esquemas fonológicos intrapalavra são unidades linguísticas convencionalizadas? Para essa questão, embora tenha recebido menos atenção no âmbito da GCBU, há evidências de que possa ser respondida de forma afirmativa, caso admita-se que:

¹⁸ No original: “If we consider the existence of a morphological higher-order schema [...] plausible, then a phonological diaconstruction is just as conceivable”.

- (1) esquemas fonológicos são compartilhados entre falantes para que haja comunicação, uma vez que o conhecimento linguístico referente às construções emerge de nossas necessidades comunicativas intersubjetivas (Silvennoinen, 2023);
- (2) falantes são habilitados em reconhecer, usar e participar da convencionalização de padrões que tomam parte tanto da organização quanto do processamento do conhecimento linguístico (Höder, 2019).

Em última instância, aprofundar a discussão sobre os polos formal e funcional implica reconhecer que a noção de função na GCBU está para além de significado morfossemântico, pois, como registra a literatura recente, ela envolve também efeitos convencionalizados e cognitivamente representados que emergem da associação recorrente entre forma e contexto de uso. Logo, essa articulação conceitual é o ponto crucial que permite integrar, de maneira teoricamente coerente, os esquemas fonológicos submorfêmicos ao estatuto pleno de construções. Assim, ao assumir a ideia de que estes se constituem de forma e função convencionalizadas, passamos a argumentar com exemplos do português brasileiro (PB) e do inglês falado por brasileiros.

Esquemas fonológicos

Um esquema fonológico abstrato, tal como a sequência formalmente conhecida como sílaba ([__^o])¹⁹, pode ser entendido, funcionalmente, como formador de palavras do léxico do PB. Esse tipo de sequência fonético-fonológica, como, por exemplo, aquela afetada pelo processo de epêntese, indica a função fonotática do PB, isto é, a função de licenciar e restringir certos segmentos em posições silábicas específicas – seja em contexto de itens emprestados de língua estrangeira ou não (ex.: [{-}i__C{-}])²⁰, como em [i]spam ou

¹⁹ Embora tradicionalmente se reconheça a sílaba como “um mecanismo de corrente de ar pulmonar [...] que não é expelido com uma pressão regular e constante” (Silva, 2003a, p.76), usamos, neste trabalho, o termo como um *template* fonológico abstrato emergente do uso, a partir da recorrência de padrões segmentais em palavras concretas do léxico, o que permite ao falante abstrair regularidades relativas à organização posicional dos segmentos. Nesse sentido, tal esquema corresponde a uma generalização superordenada sobre configurações fonéticas frequentemente atestadas e idiossincráticas, funcionando como um dispositivo organizador da experiência fonológica e como um mecanismo de licenciamento fonotático.

²⁰ Lê-se: {}: opcional; -: posição medial de palavra; C: segmento consonântico. Assim, a inserção do segmento vocálico [i] pode ocorrer em início de vocábulo (como em [i]spam, tipicamente em itens lexicais oriundos do inglês) ou em posição medial de palavras (como em rit[i]mo), sendo ambos os contextos seguidos de consoantes.

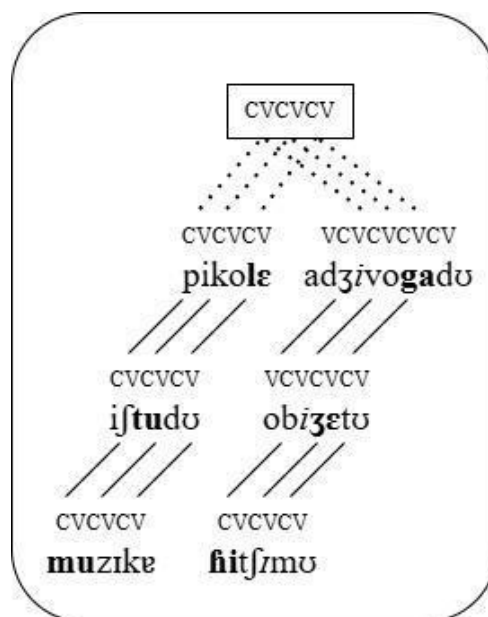
rit[i]mo, respectivamente. Seguindo essa ideia, os esquemas com função fonotática, longe de constituírem unidades primitivas da gramática, emergem da generalização sobre palavras armazenadas na rede e evidenciam a presença de esquemas abstratos derivados do uso. Dessa forma, um falante de PB tem memórias enriquecidas de detalhe fonético (cf. Bybee, 2010) percebido em itens nos quais sequências [C + i]²¹ e [i + C]²² ocorrem e são parte constante de várias construções na sua rede de conhecimento linguístico.

Sob uma tentativa de análise em perspectiva construcional, a epêntese observada em formas vernaculares como rit[i]mo, ad[i]vogado e ob[i]jeto, pode ser encarada como o resultado da ativação de esquemas fonotáticos do PB (cf. Figura 1) – abstraídos de itens lexicais concretos e fortemente entrenchados na rede do falante. Ora, a baixa frequência e a opacidade articulatória associadas a encontros consonantais heterossilábicos favorecem a competição com esquemas mais gerais do PB que licenciam estruturas silábicas menos complexas e menos marcadas, ou seja, sequências CVCV. Sob o mesmo viés, diante da insuficiência de exemplares fortes para preempção estatística²² (cf. Goldberg, 2019) de generalizações mais amplas, o falante instancia um esquema fonológico mais produtivo por meio da inserção de uma vogal de apoio, isto é, epentética (que, no caso do PB, a vogal *default* é a vogal oral anterior alto-fechada não arredondada [i] (cf. Silva, 2003a), cuja função é assegurar a conformidade fonotática que mantém a estabilidade perceptual, isto é, o ritmo²³ das palavras do PB.

²¹ Lê-se, no primeiro esquema, consoante (C) seguida de vogal (i) – como em *internet*[i] –; e no segundo, vogal (i) seguida de consoante (C) – como em [i]sky –, ambos refletindo, a partir desses exemplos, produções de inglês por brasileiros.

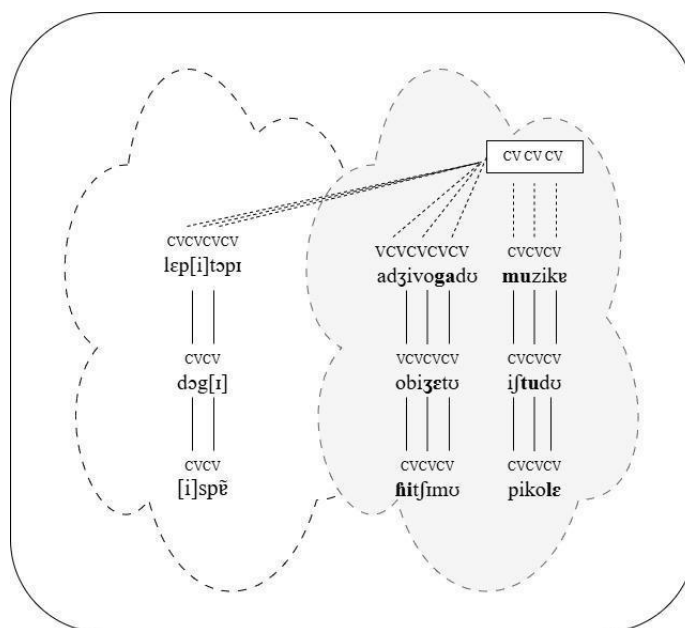
²² O efeito da preempção estatística, ao pressupor a disponibilidade de uma construção alternativa semanticamente concorrente, ocorre quando os aprendizes observam que uma construção alternativa substitui consistentemente uma opção logicamente plausível, mas não atestada, o que, por sua vez, impede o uso desta última (Goldberg, 2019).

²³ Embora não haja consenso entre os autores quanto à classificação do ritmo linguístico em que se encaixa o PB, Abaurre-Gnerre (1981) e Moraes e Leite (1989) concluem que o PB tem tendência ao ritmo silábico, especialmente em palavras mais longas.

Figura 1. Abstração de sequências fonotáticas

Fonte: Elaborado pelos autores

Fora do escopo de primeira língua, em se tratando de contextos de contato linguístico, o mesmo processo quanto à produção do inglês por falantes brasileiros também pode ser interpretado por meio da organização da rede fonológica multilíngue em torno de itens lexicais concretos das duas línguas, a partir dos quais igualmente se abstraem esquemas fonotáticos de diferentes níveis de generalidade. Isso porque os esquemas cujos exemplares estão mais fortemente entrincheirados em função da alta frequência na língua nativa acabam por pressionar e especificar condições de licenciamento segmental e posições silábicas preferenciais. Em outras palavras, quando um falante brasileiro se depara com palavras em inglês que imprimem configurações pouco compatíveis com os esquemas fonológicos abstraídos do PB (L1), como ataques ou codas supercomplexos (sequência de três consoantes em *onset*, ou três consoantes em coda – *strong* e *prompt*, respectivamente), surge uma competição entre esquemas da L1 e esquemas emergentes da L2. Na ausência de esquemas da L2 suficientemente robustos para preempirar estatisticamente os padrões da L1 e bloqueá-los, o falante instancia esquemas do PB por meio da realização da mesma vogal de apoio, a qual assegura a conformidade fonotática da palavra produzida (cf. Figura 2).

Figura 2. Esquemas fonotáticos em contato linguístico

Fonte: Elaborado pelos autores

Ambas as figuras ilustram – seja em língua materna (Figura 1) ou em situações de contato linguístico com uma língua adicional (Figura 2) –, de maneira esquemática, como padrões fonológicos abstratos emergem do uso e passam a organizar a rede bilíngue do falante. À esquerda da figura 2, estão representados itens lexicais advindos da L2 e atraídos para o esquema fonológico $[-]i_c[-]$. Considerando que as sequências sonoras em inglês relativas aos itens ‘laptop’, ‘dog’ e ‘spam’ não são tão robustas no *input* da experiência linguística de falantes brasileiros e, conseqüentemente, estruturalmente marcadas, a configuração silábica mais complexa entra em tensão com esquemas fonotáticos mais frequentes do PB. Esses itens são, potencialmente em instâncias iniciais do processo de ensino-aprendizagem da L2, percebidos à luz de padrões mais produtivos, culminando na sua adaptação a uma sequência CVCV, por meio da inserção de uma vogal epentética. Esse percurso evidencia justamente a representação de esquemas abstratos que, embora não codifiquem significado lexical, exercem uma função organizadora de construções, fundamental na gramática dos falantes, licenciando estruturas silábicas compatíveis com o sistema do PB.

À direita na figura 2, está representado um recorte da rede densa de itens lexicais concretos e altamente frequentes do PB (como <música, objeto, ritmo, picolé>, entre outros), todos licenciados de forma recorrente pelo padrão [CVCV] que parece funcionar como organizador do conhecimento fonológico dos brasileiros. A partir desses exemplares fortemente entrincheirados, abstrai-se um esquema fonológico de maior generalidade ([CV.CV.CV]), que passa a funcionar como um esquema produtivo na gramática do falante: as linhas tracejadas indicam esse movimento de generalização, uma vez que não se trata de uma regra estabelecida *a priori*, mas da ativação de um esquema abstrato derivado da similaridade entre múltiplos exemplares armazenados na rede do falante.

Se é assim, a produtividade desses esquemas fonológicos figura, de modo basilar, como efeito emergente quando se observa que a epêntese se estende, analogamente, a itens lexicais vernaculares, a empréstimos – e, muito possivelmente, a neologismos –, demonstrando seu caráter generalizável na rede construcional do falante, já que esse mecanismo cognitivo “permite a expressão de conceitos novos e a descrição de situações inéditas, [além da] capacidade de expandir os espaços esquemáticos em construções para preenchê-los com novos itens lexicais, frases ou outras construções”²⁴ (Bybee, 2010, p. 57). Isso porque, em termos conceituais, esse efeito decorre do grau de entrincheiramento e da frequência tipo (*type frequency*) dos padrões CVCV no léxico do PB, o que favorece sua abstração como esquema altamente esquemático e disponível para recrutamento em contextos inéditos. A produtividade, nessa perspectiva, portanto, emerge como uma propriedade constitutiva, conforme argumentamos, dos esquemas fonológicos enquanto construção (parcialmente) esquemática, cuja força situa-se na capacidade de licenciar novas instâncias por analogia com exemplares previamente consolidados na experiência linguística.

Nesse sentido, as figuras materializam a ideia de que esquemas fonológicos, assim como os esquemas sintáticos do tipo [SVO], tal como postula Goldberg (2013), possuem uma abstração funcional, a saber: no nível sublexical, a função do esquema fonológico é a de realizar palavras fonotaticamente bem-formadas no PB, assegurando tanto a conformidade estrutural quanto a estabilidade perceptual e rítmica. A epêntese vocálica

²⁴ No original: “[...] allows the expression of novel concepts and the description of novel situations [...] the ability to expand the schematic slots in constructions to fill them with novel lexical items, phrases or other constructions”.

representada no diagrama ilustra a força do entrincheiramento de um esquema que atrai a vogal [i] como seu elemento fixo. O esquema menos frequente e mais marcado específico do inglês perde força competitiva frente a um esquema mais geral e produtivo do PB, levando o falante brasileiro a produzir a vogal de apoio [i], mesmo quando enuncia em contexto discursivo de língua inglesa, conforme atestam estudos de Ferreira (2005) e Silva (2012).

A suposição da convencionalidade dos segmentos fônicos também é reforçada por evidências de que eles são sons de fala distintos estruturados em inventários específicos de cada língua (Mai *et al.*, 2024), os quais são, portanto, regulados pela comunidade. Isso porque “para que os membros de uma comunidade possam se comunicar por meio de uma língua, eles precisam conformar-se a um conjunto de convenções linguísticas”²⁵ (Schmid, 2020, p. 1). Dessa forma, “a natureza da abstração [fonêmica] é lingüoespecífica, refletindo não apenas as diferenças nos inventários fonêmicos de diferentes línguas, mas também as alternâncias sonoras específicas da língua [no sentido de Trubetzkoy (1969)] e sensíveis ao contexto que compõem a gramática fonológica de uma língua específica”²⁶ (Mai *et al.*, 2024, p. 10).

Do ponto de vista da GCBU, a natureza convencional dos elementos fonológicos se manifesta no modelo diassistêmico de Höder (2018), mostrando que correspondências sonoras variáveis em comunidades multilíngue e em comunidades multidialetais podem levar à convencionalização social de diaconstruções, isto é, subconjuntos comuns (não específicos) entre as línguas aprendidas pelos falantes. Segundo o autor,

nessa visão, há uma divisão de trabalho entre construções esquemáticas que especificam o significado referencial das palavras e outras que especificam sua pertença a uma das “línguas”, sendo a especificidade linguística definida como uma propriedade pragmática das construções²⁷ (Höder, 2019, p. 334).

²⁵ No original: “[...] for the members of a community to be able to communicate by means of a language, they have to conform to a set of linguistic conventions”.

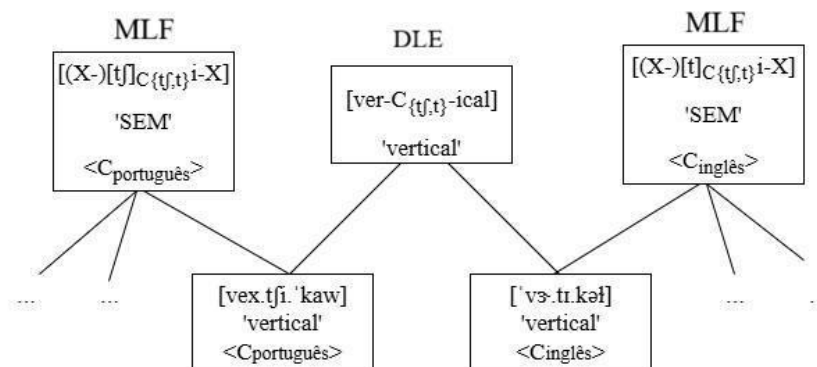
²⁶ No original: “The nature of [the phonemic] abstraction is language-specific, reflecting not only differences in the phonemic inventories of different languages, but also the language specific, contextually-sensitive sound alternations that comprise a specific language’s phonological grammar”.

²⁷ No original: “In this view, there is a division of labour between schematic constructions that specify the words’ referential meaning and others that specify their belonging to one of the “languages”, with language-specificity defined as a pragmatic property of constructions”.

Um exemplo de variação diassistêmica intralingual em comunidades de falantes do PB pode ser apreendido pela alternância entre os segmentos sonoros [s] e [ʃ] na coda silábica (em palavras como <casca> nos dialetos carioca ([-...ʃ -]) e paulista ([-...s-])), por exemplo), ou seja, configura-se como uma informação convencionalizada cuja propriedade pragmática caracteriza identidades dos falantes/comunidades de fala, tendo em vista que a pronúncia desses segmentos veicula sentidos regionais e socioculturais – e estereotipados, isto é, de atitude linguística (Trudgill, 2000).

De modo semelhante, o exemplo a seguir ilustra uma relação diassistêmica que os brasileiros falantes de inglês parecem estabelecer em relação ao *slot* de segmentos sonoros em cognatos. O cognato <vertical> pode instanciar a competição entre padrões fonológicos da L1 e da L2, mais especificamente o padrão palatalizante de alguns dialetos do PB ([vex.tʃi.'kaw]) e o padrão não palatalizante do inglês, suscitando outros segmentos nesse contexto fonológico específico ([ˈvɜː.tɪ.kəl] x [ˈvɜː.ŋ.kəl]) (cf. Figura 3). Isso pode constituir uma evidência que diminui a controvérsia em estipular a natureza convencional de afiliação linguística (longe das regras fonológicas abstratas) dos segmentos sonoros, apelando também para a natureza cognitiva dos fonemas, formalizada pela figura a seguir.

Figura 3. Diaconstrução entre PB e inglês do item lexical 'vertical'

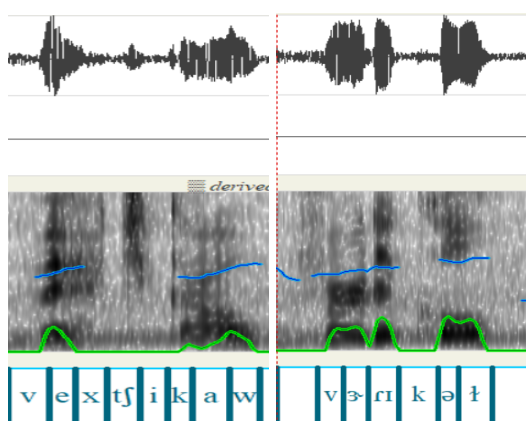


Fonte: Elaborado pelos autores (Adaptado de Höder (2014))

Em outras palavras, a diaconstrução lexical esquemática (DLE) (*schematic lexical diaconstruction*) mostra que o *slot* aberto licencia tanto a africada quanto a oclusiva, sendo pragmaticamente preenchido de acordo com o contexto linguístico (C) em que certo padrão será requisitado, isto é, pelos 'marcadores linguísticos fonológicos' (MLF) (*phonological language markers*) (Höder, 2014). Se é assim, nos contextos comunicativos em PB, o falante

bilíngue²⁸ acessa o esquema em que o */s/ot* palatalizado ocorre com mais frequência; contrariamente, em contextos anglófonos, eles acessam e se valem de variantes não palatalizadas, como a alveolar firme, o tepe, a glotal, entre outras possibilidades alofônicas²⁹.

Figura 4. Realizações do item lexical <vertical>³⁰



Fonte: *Corpus* pessoal analisado pelo PRAAT

Trocando em miúdos, a figura 4 materializa visualmente detalhes que contribuem para elucidar o fenômeno diassistêmico discutido anteriormente, mostrando como o item lexical <vertical> é realizado de formas distintas conforme o esquema fonológico ativado/recrutado pelo falante³¹ em contextos multilíngues. As variações apresentadas, as quais incluem tanto padrão palatalizante ([tʃ], na primeira representação) quanto não palatalizante ([r] alofônico, na segunda representação), ilustram o princípio central de que

²⁸ Para fins de generalização e análise teórica, não nos referimos, aqui, a um falante em particular. Quando este for o caso, estará explicitamente indicado nas notas de rodapé.

²⁹ Entretanto, pode haver, em um processo de aquisição de L2, uma sobreposição de padrões em competição, o que também é licenciado pela construção diassistêmica.

³⁰ Valendo-se de uma ferramenta de análise e síntese da fala – PRAAT –, o conteúdo apresentado na figura corresponde aos dados de *corpus* coletados no âmbito da pesquisa de mestrado (aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio de Janeiro, CAAE nº 92615425.5.0000.5286, parecer nº 8.327.255) em andamento do primeiro autor. Esses dados representam um recorte preliminar do material reunido até o momento e têm como objetivo ilustrar tendências iniciais observadas na análise. Por se tratar de um processo investigativo em curso, as informações exibidas estão sujeitas a refinamentos, ampliações e revisões conforme novas etapas de coleta, codificação e interpretação forem sendo realizadas ao longo do desenvolvimento do estudo.

³¹ A amostra advém de um participante da pesquisa falante nativo de inglês, do sexo masculino, natural do estado da Flórida e com idade de 31 anos à época da coleta de dados. O informante autorizou formalmente sua participação por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), sendo sua identidade preservada conforme as diretrizes éticas vigentes para pesquisas com seres humanos.

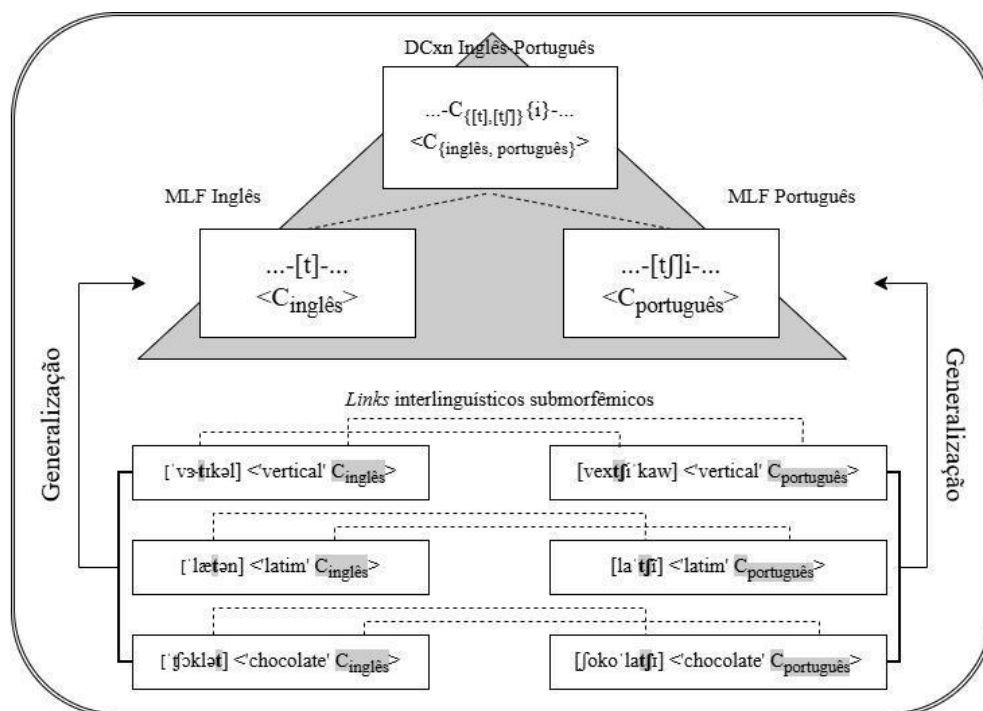
esquemas fonológicos não são entidades fixas e categóricas, mas sensíveis ao contexto fonológico e às convenções de cada comunidade linguística. Nesse sentido, demonstra-se como os falantes bi/multilíngues acessam esses diferentes esquemas fonológicos dependendo do ambiente comunicativo, evidenciando que o *slot* consonantal do *onset* é pragmaticamente preenchido por segmentos distintos a partir dos ‘marcadores linguísticos fonológicos’.

Hagel (2020), ao modelar a emergência de correspondências sonoras entre dinamarquês e sueco, orientada pelos pressupostos da GCD, amplia o alcance analítico da teoria, cujo ponto de partida é a exposição repetida a cognatos fonologicamente divergentes, o que leva o falante a estabelecer três movimentos cognitivos: (i) reconhecimento lexical baseado em similaridade, (ii) identificação interlingual recorrente em nível submorfêmico e (iii) generalização esquemática. O resultado desse processo é a formação de uma diaconstrução fonológica que conecta dois marcadores linguísticos fonológicos, cada um indexando seu respectivo contexto comunicativo (dinamarquês/sueco). Nesse viés, a correspondência sonora deixa de ser apenas um pareamento episódico entre palavras e passa a constituir uma construção diassistêmica parcialmente esquemática, armazenada na rede construcional do falante.

Sob essa esteira, o diagrama designado como Figura 5 sintetiza, de forma esquemática, a organização de uma rede construcional multilíngue no nível submorfêmico, tal como proposta pela GCD, representando como padrões fonológicos recorrentes nas línguas em contato – neste caso, entre inglês e português – se estruturam em diferentes níveis de abstração e se articulam por meio de *links* interlinguísticos, os quais dão origem a diaconstruções fonológicas. Sob um olhar *bottom-up*, na base da rede, encontram-se itens lexicais concretos de ambas as línguas, como *vertical*, *latin/latim* e *chocolate*, representados por suas respectivas realizações fonéticas. Esses itens são exemplares armazenados com detalhe fonético fino, constituindo nuvens de densidade gradual³², a partir das quais o falante abstrai regularidades fonológicas interlinguísticas.

³² Cumpre salientar, contudo, que, no contexto de aprendizagem de uma segunda língua por adultos (brasileiros, por exemplo), as nuvens de exemplares de língua materna (português brasileiro) apresentam-se substancialmente mais extensas e densamente representadas do que aquelas associadas à segunda língua.

Figura 5. Proposta de rede multilíngue



Fonte: Elaborada pelos autores (Adaptado de Hagel (2020))

A partir desses exemplares, emergem esquemas fonológicos específicos de cada língua, representados pelos esquemas [...-[t]-...] no inglês e [...-[tj]i-...] no PB, os quais constituem generalizações interlinguísticas sensíveis à frequência, à saliência perceptual e às restrições fonotáticas de cada sistema. Importa ressaltar, todavia, que tais esquemas não codificam significado lexical, mas exercem uma função afiliadora, isto é, assinalar os contextos pragmáticos em que as produções estão sendo recrutadas/(re)produzidas.

No topo da rede, observa-se, ao se ter em mente os *links* (identificação interlingual) tracejados que conectam as palavras cognatas indicando correspondências formais e funcionais em nível submorfêmico, uma diaconstrução fonológica esquemática que integra os dois sistemas linguísticos, formalizada como [...-C_{[tj],[tj]}{i}-...]. Essa construção diassistêmica apresenta, novamente, *slot* aberto que pode ser preenchido por diferentes realizações segmentais, dependendo do contexto comunicativo. Isso indica que a ativação de uma ou outra variante é regulada pelos ‘marcadores linguísticos fonológicos’ (MLF), que sinalizam ao falante qual padrão fonológico é pragmática e socialmente apropriado em determinado contexto linguístico. A figura 6 evidencia, portanto, que o conhecimento linguístico – mais especificamente fonológico – do falante bi/multilíngue se organiza em

uma rede integrada, na qual esquemas monolíngues e multilíngues coexistem e competem, sendo recrutados de forma dinâmica a partir do uso.

Diante da heterogeneidade formal e funcional que caracteriza as construções em diferentes níveis da gramática, é preciso salientar que tais unidades não são uniformemente especificadas. Isso significa dizer que, embora as construções sejam definidas como pareamentos simbólicos aprendidos entre forma e função, elas “não precisam incluir informações de nenhuma dessas camadas ao mesmo tempo, contanto que constituam um mapeamento entre alguns aspectos da forma e alguns aspectos do significado”³³ (Van-Trijp *et al.*, 2022, p. 3), ou seja, apesar de o polo funcional carregar *nuances* semânticas, pragmáticas, discursivas e socioculturais (Hoffmann, 2022; Cappelle, 2017), é possível que dada construção apresente apenas a camada pragmático-discursiva, por exemplo, conforme verificou-se em um contexto multilíngue.

Ora, nesse sentido, alguns fones podem carregar informação de contextos funcionais, como os pragmáticos. Os cliques³⁴, por exemplo, são segmentos sonoros que veiculam informações importantes sobre os contextos linguísticos em que os interlocutores estão inseridos. Assim, em PB, cliques aparecem em alguns contextos comunicativos, já que “o som [ɔ] é empregado em muxoxos³⁵, o som [l] em desaprovação, o som [ll] em incitação de animais” (Viaro, 2019, p. 6). Dessa maneira, tanto o polo formal quanto o polo funcional estão alinhados e adequadamente especificados para que a construção seja verdadeira e efetivamente utilizada por falantes (brasileiros, neste caso), conforme ilustra a tabela a seguir.

³³ No original: “[constructions] do not need to include information from any of these layers at the same time, as long as they constitute a mapping between some aspects of meaning and some aspects of form”.

³⁴ Consoantes ingressivas e não pulmônicas produzidas por um mecanismo de corrente de ar velárica. Para além destas, há também certas vogais (plenas ou reduzidas; orais ou nasais) que denotam expressividade discursiva, caracterizando uma pausa preenchida (geralmente acompanhadas de prolongamento), como [ɛ:], ou ainda [õ:].

³⁵ Beijo, carícia ou qualquer outra demonstração de afeto (Michaelis, 2025).

Tabela 1. Construções Fonológicas

FORMA  Fonológica	[O]
FUNÇÃO Semântico-pragmática	Projeção de muxoxo a outros indivíduos.
FORMA  Fonológica	[I]
FUNÇÃO Semântico-pragmática	Manifestar insatisfação em relação a atitudes e comportamentos.

Fonte: Elaborada pelos autores

Outro ponto importante de se considerar na argumentação é o fato de haver fonoestemas (*phonaesthemes*) nas línguas, isto é, segmentos fonológicos recorrentes em certos itens lexicais que apontam para certo campo lexical, sem ser exatamente um morfema produtivo. Isso sugere um problema para o princípio estruturalista da dupla articulação da linguagem ao enfatizar a ideia de simbolismo sonoro, uma vez que segmentos fonéticos deveriam, *a priori*, somente portar a segunda articulação, isto é, a função distintiva (Martinet, 1949).

Bergen (2004, p. 290) argumenta que, no inglês, a sequência /gl-/ tende a estar associada à luz e à visão, como mostram os vocábulos *glow*, *glitter*, *gleam*, *glance*, *glare* etc; ou que a sequência submorfêmica /sn-/ seja associada ao nariz e à boca, como *snore*, *snack*, *sneeze*, *sniff*, *snort* etc. Nesse sentido, também se encontram no PB fonoestemas, como a sequência /tr-/ , como *trovão*, *tremor*, *trincar*, *tragédia*, *treino*, *trem*, *tráfego* etc. uma vez que “coronais surdas são [acusticamente] pontiagudas”³⁶ (Fort; Schwartz, 2022, p. 2), além da consoante vibrante, que, por também ser apical, pode subsidiar ondulações/tremulações acústicas com grande concentração de energia (Ladefoged; Maddieson, 1996), revelando a tendência a estar associada à ruptura, impacto ou movimento (abrupto/pesado).

³⁶ No original: “[...] unvoiced coronals [...] are [acoustically] rather spiky”.

Tabela 2. Construção Fonológica (*Phonaesthemes*)

FORMA	[tr-/]
 Fonológica	
FUNÇÃO	Fonoestemas que suscitam ruptura, impacto e movimento (abrupto/pesado).
 Semântico-pragmática	

Fonte: Elaborado pelos autores

Segundo Höder (2019), esses elementos tornam-se evidências ao se propor que a fonologia desempenha, tal como a sintaxe, um papel fundamental – e potencializador – no âmbito de uma teoria construcional, na medida em que segmentos sonoros podem veicular polos funcionais.

É pertinente destacar, no âmbito dessa esteira teórica, a proposta de ressonância eidêmica³⁷ (Bickel; Nichols, 2007), isto é, “associações secundárias de formas que não carregam significado semântico, mas consistem em ressonâncias de pura ordem morfológica”³⁸ (Bickel, 1995, p. 99). De acordo com esses autores, determinadas sequências sonoras presentes em itens lexicais permitem aos falantes inferir regularidades morfológicas com base na similaridade fonológica entre palavras de um mesmo paradigma. Tal concepção deriva da noção mais ampla de ressonância (Hockett, 1987), segundo a qual as informações morfológicas não são acessadas de forma isolada, mas sim em função do grau de saliência estrutural e repetibilidade fonológica que certos segmentos apresentam no léxico de uma língua. Nessa perspectiva, a recorrência de padrões fonológicos específicos em contextos morfológicos semelhantes favorece a identificação de unidades significativas, ou seja, de morfemas. Por exemplo, no PB, formas como <casas>, <livros> e <pentes> compartilham um padrão sistemático de marcação de plural que, por sua frequência e distribuição regular no léxico, permite ao falante extrair o morfema -s como um índice gramatical de pluralidade. Esse processo se baseia, dentre outras acepções, em analogias fonológicas e em padrões de ressonância que emergem da experiência linguística do falante com o sistema lexical.

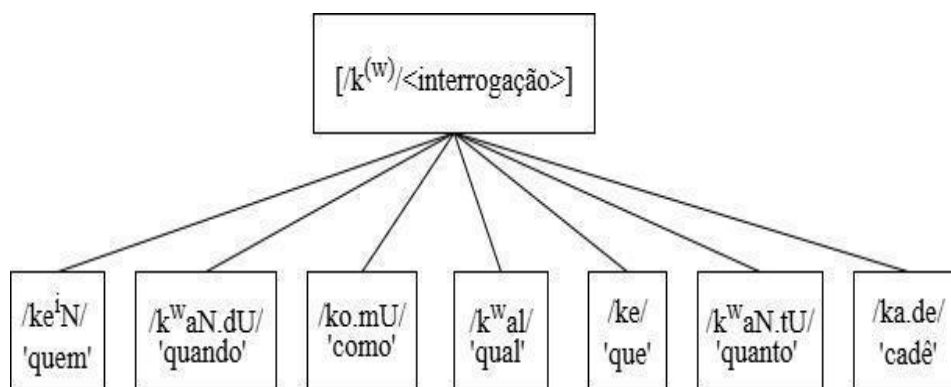
³⁷ Do grego “εἶδος” (eidōs), forma; aparência (Duarte *et al.*, 2006).

³⁸ No original: “secondary associations of forms that do not bear semantic load but rather consist in resonances of a purely morphological order”.

A ideia central da ressonância eidêmica reside, portanto, na hipótese de que partes de palavras “ressoam” entre si, isto é, exibem similaridades fonológicas e estruturais recorrentes que as tornam perceptualmente agrupáveis, facilitando a extração de unidades morfológicas como formativos ou morfemas. Esse fenômeno manifesta-se por meio de regularidades fonológicas compartilhadas entre itens lexicais relacionados dentro de um mesmo paradigma morfológico – ou funcional.

Ilustrações desse mecanismo podem ser observadas em outras línguas. No inglês, por exemplo, os pronomes demonstrativos, ou “dêiticos essenciais”³⁹ (Bickel; Nichols, 2007, p. 209) (*this* ['ðis], *that* ['ðæt], *these* ['ði:z], *those* ['ðoʊz]) apresentam uma ressonância fonológica marcada pela consoante dental sonora [ð] em posição inicial, o que pode contribuir para a sua identificação como uma classe léxico-gramatical coesa, pois “as ressonâncias servem para estruturar paradigmas, compartimentar o léxico e fornecer pistas de processamento psicolinguístico”⁴⁰ (Bickel; Nichols, 2007, p. 209). De modo análogo, no PB, a ressonância eidêmica pode ser identificada nos pronomes interrogativos de conteúdo, os quais exibem padrões fonológicos e estruturais recorrentes que os distinguem funcional e categorialmente no sistema da língua, conforme evidenciado na figura a seguir.

Figura 6. Ressonância eidêmica nos pronomes interrogativos no PB



Fonte: Elaborada pelos autores

A figura 6 ilustra a ideia de que os construtos situados na base da hierarquia compartilham a construção fonológica superordenada [k(w)-/], a qual possibilita a extração

³⁹ No original: “essential deictics”.

⁴⁰ No original: “the resonances serve to structure paradigms, compartmentalize the lexicon, and provide psycholinguistic processing cues”.

do submorfema associado ao pronome interrogativo na língua portuguesa. Cumpre ressaltar, contudo, que o pronome <onde> não foi incluído nesta análise, uma vez que se afasta do padrão construcional em questão. Não obstante, por meio de processos diacrônicos de gramaticalização (Luft, 1995; Menon, 2014), emerge o item lexical <cadê>, o qual, dentre razões outras, pode ter sido motivado por uma coerção construcional de natureza fonológica submorfêmica (*submorphemic coercion*), tal como a representada na figura precedente, isto é, pela incorporação (parcial ou total) desse esquema fonológico, “envolvendo um *slot* fonológico esquemático em que o material fonológico que preenche o *slot* não contribui em nada para a semântica da construção”⁴¹ (Höder, 2023, p. 97).

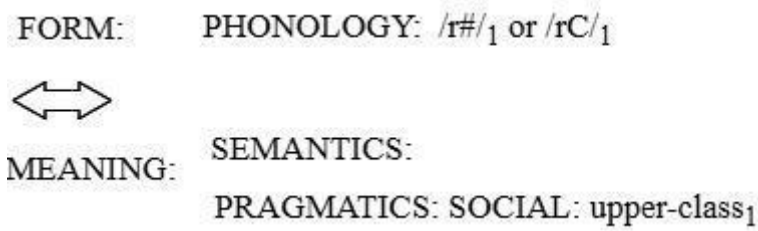
Há de se ponderar, portanto, que a fonologia, para além de sua função estrutural no sistema linguístico, desempenha um papel central na construção e na negociação de identidades sociais, isto é, na indexação social por meio de construções fonológicas. Novamente, na perspectiva construcional, uma construção – e por extensão, fonológica, como vem sendo argumentado neste artigo –, conforme é postulado, é entendida como associação entre forma e função, podendo este último portar “condicionadores extralinguísticos [que] devem ser tratados como informações pragmáticas” (Pinheiro, 2025, p. 189).

Um ponto de partida útil para examinar a questão do significado social é a análise de um estudo de caso clássico da variação sociolinguística na teoria variacionista, a saber, o comportamento dos róticos no inglês de Nova York a partir da década de 1960 (Labov, 1972). Hoffmann (2022, p. 238) analisa a variante de pronúncia da construção lexical *skirt* em que a consoante /r/ é pronunciada antes da consoante /t/, argumentando que a forte associação dessa variante a uma categoria identitária social de “classe alta” – em oposição à ausência do /r/, associada a uma identidade de classe baixa – leva à emergência de uma construção distinta, cujo traço crucial é o sociopragmático no lado do polo funcional do par simbólico, ou seja, um traço de significado social. Considerando que essa variável de pronúncia ocorre em todas as palavras que apresentam um <r> antes de uma consoante, bem como na posição final de palavra (como em *floor* (/flɔr/ vs. /flɒ/)), Hoffmann (2022) propõe então um esquema fonológico que daria conta da variedade linguística com ou sem

⁴¹ No original: “involving a phonologically schematic slot, where the phonological material filling the slot does not contribute anything to the cxn’s semantics”.

o rótico utilizada pelo falante (cf. Figura 7). Claramente, no polo da forma, apenas o nível fonológico é especificado, enquanto o nível semântico do polo funcional permanece vazio, isto é, não especificado.

Figura 7. Construção fonológica social



Fonte: Hoffmann 2022, p. 238

Se é assim, a palatalização de /t/ e /d/ diante de [i] no PB, nesse sentido, não é uma transformação fonética derivada de regras, mas um índice que distingue variedades regionais e perfis sociais dos falantes. Conforme Silva (2003b), os brasileiros tendem a reconhecer os indivíduos como pertencentes a certos grupos, sendo as formas palatalizadas [tʃ, dʒ] geralmente associadas aos dialetos carioca e baiano; enquanto as formas alveolares [t, d], aos dialetos paulista e mineiro.

Tabela 3. Construção Fonológica-pragmática

FORMA	
 Fonológica	[/CCVC{ʃ,ʒ}/]
 FUNÇÃO	Reconhecimento dialetal como
Semântico-pragmática	indexação geossocial.
FORMA	
 Fonológica	[[tʃ,dʒ]i]
 FUNÇÃO	Reconhecimento dialetal como
Semântico-pragmática	indexação geossocial.

Fonte: Elaborado pelos autores

O que se observa no primeiro esquema da tabela 3 é que, dada uma sílaba qualquer⁴², caso sua coda apresente uma consoante canelada (*i.e.*, o que é tradicionalmente concebido como arquifonema /S/), a realização como chiantes indexará certas comunidades de fala, como os cariocas. Assim, no item <livros>, por exemplo, a realização fonética como [ˈli.vrʊ] permite suscitar tal reconhecimento. De igual modo, na segunda construção, têm-se as consoantes palatalizadas contextualmente, isto é, diante de uma vogal anterior alto-fechada, seja ela não derivada (/i/, fonológica) ou derivada ([i], fonética) que também orientam (n)a categorização de comunidades de fala, sendo mais evidentes no Rio de Janeiro.

Até aqui, juntamos possíveis evidências com dados do PB com o propósito de contribuir para o debate e para proposições teóricas que levem em conta padrões fonológicos intra-lexicais em modelos construcionais baseados no uso.

Considerações finais

De maneira ampla, este artigo demonstra que a fonologia construcional pode ser mais explorada no escopo analítico da GCBU, além de ser encarada como parte da rede de conhecimento linguístico do falante. Contrariando a visão teórica tradicional que trata os padrões fonético-fonológicos como unidades formais desprovidas de função interpretativa, argumentou-se que eles são unidades convencionalizadas, emergentes do uso linguístico e sustentados pela intersubjetividade comunicativa entre falantes. Nessa perspectiva, os segmentos fônicos submorfêmicos carregam potencial para serem legitimamente compreendidos como construções, isto é, como pareamentos entre forma e função.

Ao longo do texto, foram apresentadas evidências que reforçam essa proposta. A convencionalidade dos segmentos sonoros foi ilustrada por meio de fenômenos como a epêntese observada em itens lexicais provenientes de língua materna e de língua estrangeira, mais especificamente, o inglês, e as diaconstruções, as quais revelam como padrões fonológicos variam e se estabilizam conforme contextos sociolinguísticos e multilíngues. Não obstante, fenômenos como os fonoestemas – sequências sonoras associadas a campos semânticos específicos – e a ressonância eidêmica – que permite

⁴² Optou-se por representar o molde silábico máximo no PB, isto é, duas consoantes em *onset*, um núcleo vocálico e duas consoantes em coda, sendo a última obrigatoriamente um /S/ (Bisol, 2001), como pode ilustrar o morfema “trans-”.

extrair unidades morfossemânticas com base em similaridades fonológicas – indicam que os sons da língua carregam mais do que uma função distintiva: eles também contribuem para a construção de significado. Além disso, a dimensão sociopragmática da fonologia foi destacada, especialmente no que tange à indexação de identidades sociais e regionais, como no caso da variação do segmento /r/ no dialeto nova-iorquino, e da palatalização de /t/ e /d/ ou da realização de consoantes em posição de coda no português brasileiro.

Esses exemplos nos parecem evidências de que a fonologia não opera em isolamento, nem se limita a um papel meramente estrutural/formal. Pelo contrário, ela participa ativamente da organização funcional da língua, integrando-se às camadas semântica, pragmática e social do conhecimento linguístico. Reconhecer os esquemas fonêmicos como construções significa, em última instância, superar a visão isolada e validar a fonologia como um componente funcional da gramática. Trata-se, portanto, de um passo teórico importante para consolidar uma abordagem verdadeiramente integrativa, em que forma e função estão indissociavelmente entrelaçadas em todas as camadas da linguagem, isto é, efetivamente “[...] *all the way down*” (Goldberg, 2006, p. 18). Assim sendo, incluir a fonologia no arcabouço construcional não apenas amplia o poder explicativo da teoria, mas também abre novas possibilidades de investigação empírica e teórica, contribuindo, portanto, para uma compreensão mais holística da arquitetura da linguagem humana.

Referências

ABAURRE-GNERRE, M. B. M. Processos Fonológicos Segmentais como índices de padrões prosódicos diversos nos estilos formal e casual do Português do Brasil. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, vol. 2, 1981.

BERGEN, B. K. The psychological reality of phonaesthemes. **Language**, vol. 80, 2004. p. 290–311.

BICKEL, B. In the vestibule of meaning: transitivity inversion as a morphological phenomenon. **Studies in Language**, vol. 19, 1995. p. 73–127.

BICKEL B; NICHOLS J. Inflectional morphology. In: Shopen, T. ed. **Language Typology and Syntactic Description**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. p. 169-240.

BISOL, L. A sílaba em português. In: BISOL, L. (org.). **Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro**. Porto Alegre: EDIPUC-RS, 2001. p. 91 - 120.

BOAS, H. C. Cognitive Construction Grammar. In: HOFFMANN, T; TROUSDALE, G. (ed.). **The Oxford handbook of construction grammar**. Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 233-254.

BYBEE, J. **Phonology and language use**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

BYBEE, J. **Language, usage, and cognition**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

CAPPELLE, B. What's Pragmatics Doing Outside Constructions? In: DEPRAETERE, I., SALKIE, R. (ed.) **Semantics and Pragmatics: Drawing a Line. Logic, Argumentation & Reasoning**, vol 11. Springer, Cham, 2017.

CHOMSKY, N. **Syntactic Structures**. Nova Iorque: De Gruyter, 1957.

CHOMSKY, N. **Lectures on government and binding**. Dordrecht: Foris, 1981.

CROFT, W. **Radical Construction Grammar: Syntactic theory in typological perspective**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

CROFT, W.; CRUSE, A. D. **Cognitive Linguistics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

DIESSEL, H. **The grammar network: How linguistic structure is shaped by language use**. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

DUARTE, A. S.; PRADO, A. L. A. A.; MORAIS, C. B et al. **Dicionário grego-português (DGP)**. São Paulo: Ateliê Editora, 2006.

FERREIRA, A. P. **A epêntese na produção oral de aprendizes de línguas estrangeiras**. Curitiba: 2005.

FORT, M.; SCHWARTZ, J. Resolving the bouba-kiki effect by rooting iconic sound symbolism in physical properties of round and spiky objects. **Scientific Reports**, vol. 12, 2022. p. 1-12.

GOLDBERG, A. **Constructions: A construction grammar approach to argument structure**. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

GOLDBERG, A. **Constructions at work: The nature of generalization in language**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

GOLDBERG, A. Constructionist Approaches. In: HOFFMANN, T.; TROUSDALE, G. (eds.). **The Oxford Handbook of Construction Grammar**. Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 15-31.

GOLDBERG, A. **Explain me this**: Creativity, competition, and the partial productivity of constructions. Nova Jersey: Princeton University Press, 2019.

HAGEL, A. Strange sounds, familiar words: Interlingual decoding from a CxG perspective. In: COLLEMAN, T.; BRISARD, F.; ENGHELS, R.; KOUTSOUKOS, N. (eds.). **The Wealth and Breadth of Construction-Based Research**, 2020. pp. 122–134.

HILPERT, M. **Construction Grammar and Its Application to English**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2019.

HILPERT, M. **Ten Lectures on Diachronic Construction Grammar**. Boston: Brill, 2021.

HOCKETT, C. F. **Refurbishing our Foundations**. Amsterdã: John Benjamins, 1987.

HÖDER, S. Phonological elements and Diasystematic Construction Grammar. **Constructions and Frames**, vol. 6, 2014. p. 202–231.

HÖDER, S. Grammar is community-specific: Background and basic concepts of Diasystematic Construction Grammar. In: BOAS, H; HÖDER, S (Eds.). **Constructions in contact**: Constructional perspectives on contact phenomena in Germanic languages. Amsterdã: Benjamins, 2018. p. 37-40.

HÖDER, S. Phonological schematicity in multilingual constructions: A diasystematic perspective on lexical form. **Word Structure**, vol. 12, 2019. p. 334–352.

HÖDER, S. The Devil is in the schema: A constructional perspective on Swedish taboo-avoiding strategies. In: COUSSÉ, E.; HÖDER, S.; LYNGFELT, B.; PRENTICE, J. **Constructional Approaches to Nordic Languages**. Amsterdã: John Benjamins, 2023. pp. 81-113.

HOFFMANN, T. **Construction Grammar**: The structure of English. Cambridge: Cambridge University Press, 2022.

LABOV, W. **Sociolinguistic patterns**. Oxford: Blackwell, 1972.

LADEFOGED, P.; MADDIESON, I. **The sounds of the world's languages**. Oxford: Blackwell Publishers, 1996.

LUFT, C. P. **Novo manual de português**. São Paulo: Editora Globo, 1995. 842 p.

MAI, A.; RIÈS, S.; BEN-HAIM, S.; SHIH, J.; GENTNER, T. Acoustic and language-specific sources for phonemic abstraction from speech. **Nature Communications**, vol. 15, 2024. p. 1–19.

MARTINET, A. La double articulation linguistique. **Travaux du Cercle Linguistique de Copenhague**, vol. 5, 1949. p. 30–37.

MENON, O. P. S. Cadê e variantes: gramaticalização em língua portuguesa. **Caligrama**, Belo Horizonte, vol. 19, 2014. p. 99-130.

MICHAELIS. **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2025. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/palavra/dN8zY/muxoxo/>. Acesso em 2 set 2025.

MORAES, J. A; LEITE, Y. Ritmo e velocidade da fala na estratégia do discurso: uma proposta de trabalho. In: ILARI, R (org.) **Gramática do Português Falado**. Volume II: Níveis de Análise Lingüística. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

PIERREHUMBERT, J. Exemplar Dynamics: Word Frequency, Lenition and Contrast. In: BYBEE, J; HOPPER, P (ed.). **Frequency and the Eemergence of Linguistic Structure**. Amsterdã: John Benjamins, 2001a.

PINHEIRO, D. **Curso Básico de Gramática de Construções**. São Paulo: Editora Contexto, 2025.

PORT, R. Language as a social institution: Why phonemes and words do not live in the brain. **Ecological Psychology**, vol. 22, 2010. p. 304–326.

SCHMID, H. **The dynamics of the linguistic system**: Usage, conventionalization, and entrenchment. Oxford: Oxford University Press, 2020.

SILVA, T. C. **Fonética e Fonologia do Português**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2003a.

SILVA, T. C. Descartando fonemas: a representação mental na fonologia de uso. In: HORA, D. da; COLLISCHON, G. **Teoria linguística**: fonologia e outros temas. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003b. p. 200-231.

SILVA, T. C. **Pronúncia de Inglês para Brasileiros**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

SILVENNOINEN, O. Is Construction Grammar cognitive? **Constructions**, vol. 15, 2023. p. 1–17.

SELINKER, L. Interlanguage. **IRAL**: International Review of Applied Linguistics in Language Teaching, v. 10, p. 209-241. 1972.

TRAUGOTT, E. C; TROUSDALE, G. **Constructionalization and Constructional Changes**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

TRUBETZKOY, N. S. **Principles of Phonology**. Los Angeles: University of California Press, 1969.

TRUDGILL, P. **Sociolinguistics**: an introduction to language and society. 4. ed. London: Penguin Books, 2000 [1974].

VAN-TRIJP, R.; BEULS, K.; VAN EECKE, P. The FCG Editor: An innovative environment for engineering computational construction grammars. **PLOS One**, vol. 17, 2022.

VIARO, M. E. **O Alfabeto Fonético Internacional**: Fonética e Fonologia do Português. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2019.

Sobre os autores

Matheus Esteves Leite

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5027-4910>

Mestrando em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Membro dos projetos de pesquisa "Observatório da Língua em Uso" e "Línguas em contato e efeitos na gramática de aprendizes surdos e de ouvintes". Possui interesse em teoria e análise linguística com foco em Fonética e Fonologia, especialmente à luz de abordagens construcionais.

Lia Abrantes Antunes Soares

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0165-413X>

Doutora em Letras pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professora permanente do Programa de Pós Graduação em Linguística. Coordena o grupo de pesquisa Núcleo de Estudos sobre Interlínguas (NEIS/UFRJ). Desenvolve pesquisa sobre os seguintes temas: efeitos de processos cognitivos e metodológicos na descrição do português do Brasil como L2; consciência linguística em tarefas de leitura e de produção de textos; avaliação de proficiência oral e escrita.